

Dívida mobiliária chega a R\$ 511,7 bi

A

PÚBLICA

Odail Figueiredo
de Brasília

A dívida pública mobiliária do governo federal chegou a R\$ 511,7 bilhões no fim do ano passado, de acordo com dados divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em relação a novembro, quando o saldo era de R\$ 506,9 bilhões, o aumento foi de 0,94%. Segundo o coordenador da dívida pública da STN, Paulo Valle, o crescimento foi moderado, considerando que a variação acumulada da taxa Selic no período foi de 1,2%.

Os dados do Tesouro não permitem uma comparação segura com dezembro de 1999, uma vez que, a partir de fevereiro do ano passado, as estatísticas passaram a computar não apenas os títulos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), mas também os papéis custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip). De fevereiro a dezembro, o crescimento da dívida total foi de 12%.

Em dezembro, o saldo da dívida cresceu a despeito do resgate líquido de R\$ 1,8 bilhão promovido pelo Tesouro, resultante de R\$ 16,4 bi-

lhões em emissões de novos papéis e vencimentos de R\$ 18,2 bilhões.

O aumento é explicado pelo crescimento vegetativo da dívida e por colocações diretas (fora dos leilões) de R\$ 617 milhões. Essas colocações tem o objetivo de gerar recursos para programas governamentais específicos.

O prazo médio da dívida permaneceu praticamente inalterado no final de dezembro, em 29,79 meses (29,78 em novembro). Houve um crescimento superior a três meses, entretanto, em relação a fevereiro, quando o prazo médio era de 26,58 meses. Esse aumento se deveu principalmente ao alongamento dos prazos das Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Nos leilões de colocação de títulos, o prazo médio das LFT passou de 18,57 meses em fevereiro para 48,81 meses em dezembro. Em consequência disso, o prazo médio do estoque de LFT em poder do público subiu de 19,39 meses para 27,61 meses.

Além das Letras Financeiras do Tesouro, com rentabilidade pós-fixada atrelada à taxa Selic, o Tesouro vem usando também papéis vinculados a índices de preços para alongar

o perfil da dívida. No início de janeiro, por exemplo, foram emitidos R\$ 4,5 bilhões em Notas do Tesouro Nacional (NTN) com rentabilidade baseada no IGP-M — essa emissão ainda não está computada nas estatísticas divulgadas ontem — e prazo de 30 anos. São papéis que interessam a investidores de longo prazo, como os fundos de pensão.

Por causa de emissões como essa, o coordenador da dívida pública da secretaria do tesouro, Paulo Valle, disse que a proporção dos papéis vinculados a índices no total da dívida deve crescer ligeiramente nos próximos meses. Atualmente, eles representam 5,92% do total, com estoque de R\$ 30,32 bilhões. Em fevereiro do ano passado, representavam 5,61%.

Além de alongar os prazos, o Tesouro vai manter, em 2001, a estratégia de aumentar a participação dos papéis prefixados, as Letras do Tesouro Nacional (LTN), no total da dívida. O saldo das LTN em poder do público foi que proporcionalmente mais subiu no ano passado, saindo de 10,35% do total, em fevereiro, para 14,93% em dezembro, totalizando R\$ 76,41 bilhões.

19 JAN 2001

GAZETA MERCANTIL